

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares
Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

ATA DE REUNIÃO Nº 07

Pauta: Política Municipal de Educação

Participantes Governo: Zoraide Modenutto (DPE/NESC), Damiso Faustino (SMDHC/PPSR), Rogério Gonçalves (SME/COCEU), Thiago Fijos (SME/COPED), Daiana Sena (CRPIR - Leste 2), Gabrielle Dias (SMS/SEABEVs), Letícia Barbosa (SMDHC/CPIR), Ana Katarina Barbosa (SMDHC/CPIR), Daniel Almeida (SMDHC/CPIR), Maria Lúcia Yamashita (SMS/CAB), Maria Lúcia de Oliveira (SMDet/CT), Nathalia Prince (SMDHC/ODH), Alírio Silva (CRPIR - Sul 1), Milton Lúcio (CRPIR - Norte 2), Carolina Militão (CRPIR Norte 1), Luiza Murakami (SGM/SEPE).

Participantes Sociedade Civil: Bruno Karam, Evelyn Santana, Tempestade, Gustavo de Souza.

Participantes Organização Social: Luciana Mannrich (Casa Diversa), Maurício Monteiro (IREC), Nádia Lima (IREC), Ingrid Laura (SMSE/MA - Esperançar), Patrícia Rodrigues (Projeto Nova Rota), Larissa dos Reis (CROPH/NPJ Santa Cecília), Daniele Postoieiro (OAB/SP, Comissão de Política Criminal), Otávio Dias (OAB/SP - Comissão de Política Criminal), Fábio Pereira (Amparar), Joel Novaes (Instituto Recomeçar), Jamerson (Consultório na Rua), Ana Carolina Pereira (Consultório na Rua), Janaína Barreto (Consultório na Rua).

Às 14:20 do dia 19 de março de 2024, no auditório da SMDHC, na Rua Líbero Badaró, 119, reuniram-se os senhores e senhoras indicados acima a fim de discutirem a pauta do dia. A Sr. (a) **Giovanna Carlos** (SMDHC/EGRESSOS) coordenou a reunião, tendo sido secretariada pela Sr.(a) **Paula Santos** (SMDHC/EGRESSOS). Giovanna deu espaço para que pessoas novas no GT se apresentassem, e também apresentou a equipe. Contextualizou sobre o sentido e função do GT, pontuando a característica propositiva e construtiva, com o objetivo de publicizar um relatório final de recomendações para consolidação da política de atenção à população egressa e familiares no município de São Paulo. Em seguida, apresentou o cronograma da reunião, narrando os itens e quais as propostas de discussão em cada um deles. Em relação ao tema, Giovanna ressaltou que foram feitos convites para alguns espaços institucionais que fazem ações de educação dentro das unidades prisionais, entendendo o papel da sociedade civil na pauta.

A assessora fez o retorno dos encaminhamentos da última reunião. Primeiramente mencionou sobre a abertura do formulário para envio de propostas, ferramenta que obteve baixa adesão. Neste sentido, Giovanna ressaltou a importância do envio de propostas por meio dos mais diversos canais disponibilizados: formulários virtuais, e-mail, conversas pessoais e em canais privados da equipe.

Em segundo lugar, informou sobre a alteração da data fixa das reuniões do GT, de toda segunda terça-feira do mês, as reuniões passarão a ser toda segunda sexta-feira útil do mês em razão do uso do auditório para formação do Protocolo Não Se Cale.

Também repassou sobre a devolutiva do contato com a Casa Flores, indicando que os textos foram redigidos e serão apresentados na reunião. Da mesma forma, as propostas que não foram aprovadas na última reunião, aparecerão para discussão no momento de debate.

Sobre os informes:

O primeiro foi sobre a publicação da Resolução SAP 027/2024, de 21/02/2024, que institui parâmetros e procedimentos para atendimento à população LGBTQIA+ privada de liberdade no âmbito do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo. Giovanna informou que a nova resolução revoga uma anterior, apresentando avanços a partir das demandas da população T mesmo que continue um texto bastante ligado à redesignação - um procedimento cirúrgico ainda não muito acessível à maioria da população T. Dos pontos destacados:

- Vedada/proibida toda e qualquer forma de discriminação em razão de orientação sexual/identidade de gênero;
- Colocou como garantia (SIC) a manutenção dos cabelos compridos, utilização de peças íntimas, facilitação do acesso aos serviços de saúde da rede pública e viabilização e continuidade de terapia hormonal;
- Autorização da utilização de dispositivos, acessórios e equipamentos necessários à preservação e manutenção de procedimentos cirúrgicos;
- Encaminhamento à serviços especializados;
- A revista ainda leva em consideração o sexo e não a identidade de gênero. Isto é: homens trans serão revistados por guardas femininas e mulheres trans serão revistadas por guardas masculinos;
- Além disso, o homem transexual será sempre encaminhado estabelecimento penal feminino. A mulher trans e/ou travesti poderá manifestar interesse em cumprir em unidade feminina ou masculina, passando por avaliação do diretor/a. Além disso, poderá ser criado um espaço de convivência específica em caso de alocação em unidades femininas.

Foi questionado se a obrigatoriedade de os homens trans necessariamente terem que estar em unidades femininas foi uma decisão pela segurança segundo interpretação da SAP, ou se foi demanda de algum outro órgão. Giovanna respondeu que não saberia responder com certeza essa questão.

Na reunião passada, a sra. Yara Toscano, representando a CRSC da SAP, sugeriu que fosse feito um levantamento sobre as legislações e normativas que regem o processo de trabalho dentro das unidades prisionais a fim de se entender como funciona a regulamentação e fiscalização dessas empresas. Assim, a sugestão vem como um informe. De primeira, a sra. Giovanna expôs a ausência de um espaço que concentre todos os textos normativos da Secretaria da Administração Penitenciária. Em seguida, apresentou um texto no qual não se aborda as regras de regulamentação, mas que diz quais documentos as empresas devem ter. Além disso, destacou o artigo da LEP que diz sobre o pagamento mínimo: $\frac{3}{4}$ de um salário mínimo vigente.

O sr. **Maurício Monteiro** (IREC/EMC) questionou quem consegue realizar a

fiscalização das normas e quais delas são cumpridas ou não. Giovanna respondeu que não tem essa informação e que não há uma lista das empresas e dos contratos ativos.

O sr. **Fábio Pereira** (Amparar) pensou sobre o ponto de fiscalização e acha que podemos ver qual a possibilidade de levantar quais são essas empresas e funcionam fora das unidades para pensar em responsabilização no sentido de continuidade do acesso ao trabalho após a saída delas da unidade prisional.

A sra. **Tempestade** falou sobre as empresas menores que fornecem cargos exploratórios para as pessoas que estão dentro de unidades do interior do Estado. Acrescentou que essas pessoas não conseguem puxar as remissões de acordo com os dias trabalhados e sugeriu ir “de fora para dentro” levantando os nomes das empresas.

A sra. **Gabrielle** (SMS) sugeriu um encaminhamento a partir do discutido: construir um levantamento das empresas que atuam dentro das unidades. O encaminhamento foi acatado pela coordenação da reunião.

O sr. **Bruno Karam** disse estar contemplado com algumas falas e acrescentou ao debate a afirmação de que parte das pessoas presas trabalham e ganham por produção. Também apresentou casos de pessoas que trabalharam em obras como as do Rodoanel e que, quando egressos, procuraram a mesma empresa e não foram contratadas. A sra. Giovanna lembrou que, na reunião sobre trabalho e renda, algumas propostas foram levantadas em relação à questão da continuidade do emprego, adicionou ainda a questão da mudança do pró-egresso municipal, o início das tratativas com SMDET e a busca por diagnóstico de pessoas egressas que estão atualmente no POT.

Em seguida, o sr. **Damiso Ajamu** (SMDHC/CPPSR) se apresentou como assessor da pauta sobre população em situação de rua e coordenador do Comitê PopRua, colegiado municipal da política destinado a este público. Damiso divulgou e convidou todas as pessoas para participarem das reuniões abertas do Comitê, toda primeira quarta-feira às 15hrs, no auditório da SMDHC. Divulgou também as reuniões que discutem sobre zeladoria urbana no município, essas ocorrem online, toda última quarta-feira do mês. Por fim, divulgou que o conselho está em período eleitoral, com inscrições abertas até dia 19 de abril.

A sra. Paula retomou a palavra para dar o repasse sobre a ação formativa com os técnicos do Programa Bolsa Trabalho que atendem jovens em cumprimento de medida socioeducativa na Fundação Casa, a convite da Coordenação de Políticas para Juventude. A sra. **Jennifer Augusta** (SMDHC/EGRESSOS) falou sobre a atividade complementar, que foi feita apenas com adolescentes e jovens que estão no Programa e que também cumprem alguma pena. Jennifer revelou como foi a atividade e as principais percepções: o sentimento de acolhimento que os próprios jovens relataram ao longo da atividade. Por meio de RAP e Funk, eles puderam trazer elementos da realidade deles de maneira criativa.

O último informe foi sobre a reunião de denúncias que aconteceu na semana passada. Giovanna contextualizou que houve uma reunião do GT sobre o tema em outubro na qual foram apresentados dados da Ouvidoria de Direitos Humanos e do NESC, além da apresentação desses mesmos serviços. A última reunião, no entanto, partiu da necessidade de um diagnóstico do que acontece sobre as denúncias, os caminhos que elas percorrem. Disse também sobre a metodologia da reunião e os pontos que foram abordados ao longo da conversa, por fim, informou que acontecerá mais uma, no dia 19 de abril, às 15hrs, no auditório da SMDHC, para continuação da

discussão.

A Sra. **Patrícia** (Nova rota) falou que o Projeto Nova Rota está em parceria com a USP na realização de cursinho preparatório para o vestibular destinados à adolescentes e jovens (Projeto Arcadas), divulgando que a Universidade pública é para todos. Posteriormente, Patrícia se apresentou como sobrevivente do cárcere, informando que hoje atua na coordenação do Projeto Nova Rota e cursa Serviço Social graças aos projetos que envolvem educação pós-cárcere. A mesma revelou que a demanda de pessoas egressas e/ou privadas de liberdade que querem fazer ensino superior é alta e que não são muitas vagas abertas pois o projeto encontra dificuldades em conseguir mais parceiros. Patrícia pediu ajuda para o GT para pensar meios de se construir essa rede de apoio voltada à educação superior ou técnica para as pessoas que saem do cárcere. Também citou sobre as dificuldades sofridas pela população egressa, sobretudo pelo estigma e pelos percalços que o próprio processo inclui na trajetória dessas pessoas. Novamente, Patrícia ressaltou que é necessário mais apoio para suprir a demanda que vem de todos os níveis escolares e de pessoas de outros Estados.

A Sra. Giovanna retomou a fala dizendo que a coordenação convidou algumas organizações que possuem histórico de atuação relacionada à pauta de educação para pessoas egressas e/ou pessoas em privação de liberdade. Pediu para a representante do Espaço Memória Carandiru apresentar o projeto que vai nesse sentido de educação.

A Sra. **Nádia Lima** (IREC/EMC) se apresentou como educadora do coletivo Espaço Memória Carandiru, que faz um trabalho educativo de resgate da história que o território do Carandiru tem com o aprisionamento. Nádia também informou que o coletivo realiza um trabalho voltado para ações educativas sobre o encarceramento em massa, na perspectiva de aproximar as pessoas da pauta (independente de serem público alvo ou não). Mencionou a realização de visitas mediadas, guiadas, rodas de conversas e roteiros de memória. Anunciou que no dia 23 terá um roteiro de memória e todas as pessoas estão convidadas, inclusive para participarem das discussões.

O sr. Maurício Monteiro (IREC/EMC) complementou a fala da Nádia com algumas informações sobre a atuação do coletivo. Maurício entende que é importante compreender que a educação pode levar vivências aos jovens para que estes saibam qual é a realidade do cárcere. Reforçou o convite feito por Nádia e divulgou o perfil do coletivo nas redes sociais e seu canal no Youtube, no qual ele fala sobre o dia a dia de dentro do cárcere. No mesmo canal, Maurício disse que convida outras pessoas para contarem as histórias delas dentro do sistema prisional. Por fim, Maurício desejou que essa troca de informações contribua com o trabalho do coletivo e que o trabalho do coletivo também contribua com o da coordenação e com o GT.

A Sra. **Ana Katarina** (SMDHC/CPIR) divulgou o trabalho dos Centros de Referência de Igualdade Racial, que conta com equipe multidisciplinar de advogados, psicólogos e assistentes sociais, e ressaltou que o serviço está à disposição para pensar ações conjuntas.

A Sra. **Daniele Postoiev** (OAB) falou sobre o GDUCC, o Grupo de Diálogo Universidade, Cárcere e Comunidade, ligado à Universidade de São Paulo (USP). O objetivo do grupo é fazer a ponte entre a comunidade e o debate sobre o cárcere. Daniele divulgou o Instagram do projeto e completou dizendo sobre os núcleos de oficinas culturais dentro das unidades prisionais. Para participar e se informar dos próximos eventos, Daniele sugeriu que todos sigam o grupo nas redes sociais, onde as

principais informações são divulgadas.

A sra. Tempestade defendeu que o processo de educação deve ser contínuo, vindo de dentro, quando a pessoa está em privação de liberdade, e de fora, enquanto egressa. Ela também sugeriu que, ao sair, a pessoa tenha acesso ao Encceja com bolsa de estudos, no projeto de plantação de árvores nativas no próprio espaço da escola. A plantação das mudas poderia ser feita em espaços como o Ibirapuera ou o Horto Florestal, sugere Tempestade, e que tal ação impacte na multa penal também. A importância, segundo ela, reside no apoio financeiro e escolar à pessoa e ao meio ambiente. Com isso, Tempestade reforçou a importância da educação para a pessoa egressa. Deu o exemplo de que estas pessoas têm vergonha de dizer até que ano estudaram, uma informação que, ao mesmo tempo que é crucial entender, também é difícil de acessar. Por fim, colocou como ideal que a remição de pena por estudo seja igual ao tempo de remição no trabalho.

A sra. Giovanna retomou a fala apresentando as propostas que foram elaboradas e não foram aprovadas em relação à pauta Trabalho e Geração de Renda, após aprovação, as propostas em relação à temática de Assistência e Desenvolvimento Social foram debatidas. Todas elas podem ser acessadas no *drive* público do GT.

O sr. Fábio Pereira pediu a fala para tirar uma dúvida e levantar o debate sobre quando coloca-se “A Prefeitura” e não uma secretaria específica, apontando que isso pode ter ficado confuso em alguns textos em relação à atribuição - fica a critério da Prefeitura atribuir, ou deve-se colocar a responsabilidade desde já? Para tanto, Fábio deu o exemplo do “Pró-Egresso” municipal que foi destinado à uma secretaria que não existe mais, o que acaba por travar a política. A fala de Fábio é extremamente válida e será levada em consideração na redação da Coordenação.

A sra. Tempestade retomou a fala para comentar que embora seja relevante a prefeitura fazer a articulação com as empresas para a contratação de pessoas egressas, caso estas não tenham algum incentivo fiscal. Assim, sugere a redução de impostos ou algo similar. No mesmo sentido, o sr. **Daniel Almeida** (SMDHC/CPIR) lembrou que existe uma legislação que destina vagas para população em situação de rua em editais de licitação de serviços e chamamentos. O mesmo acrescentou que as empresas devem agir para além de interesses econômicos no caso de um setor público impor, em contratação própria, resoluções contratuais e/ou de legislação.

Em seguida, o debate se estendeu sobre a proposta que coloca um auxílio financeiro para pessoas egressas ou familiares de pessoas em privação de liberdade. O texto separava da seguinte forma:

“Criação de um auxílio financeiro temporário para pessoas egressas, visando seu restabelecimento após a saída da unidade prisional [...] 3. Assistência às famílias com relação ao transporte e alimentação por ocasião da realização das visitas a seus familiares”.

A proposta da coordenação juntou os dois primeiros pontos na seguinte proposta: “O município deverá estudar a possibilidade de criação de um auxílio financeiro, em caráter temporário, para pessoas egressas do sistema prisional e familiares”. Em relação a essa proposta, o sr. Bruno Karam defendeu que vale a pena separar um do outro e incluir, na observação, o mapeamento de onde sairá o dinheiro e como será feita a reavaliação do auxílio. A sra. Paula Santos discordou e o debate seguiu até a resolução de que a coordenação entrará em contato com a instituição que mandou a proposta para pedir um novo texto, conforme consenso.

O sr. Fábio trouxe a reflexão da importância de observar de onde vem os recursos para os auxílios propostos, alertando para a dificuldade de prever a mudança na questão orçamentária - seja criando uma dotação, ou transpondo de outro recurso. Desta forma, Fábio sugeriu pensar mais sobre os acessos dos benefícios já existentes.

Ainda sobre o auxílio para familiares ou egressos, o sr. **Gustavo de Sousa** sugeriu que este auxílio tenha tempo determinado para revisão, visando a não estabilização ou diminuição do valor perante a realidade do município. Giovanna respondeu dizendo que a construção do projeto do auxílio em si será o momento de determinação de condicionalidades, temporalidades e outros pontos pertinentes.

Bruno Karam destacou que o Artigo 26 da LEP prevê que o Estado deve se responsabilizar por 1 ano nas questões orçamentárias referente às pessoas egressas (SIC). Bruno deu o exemplo do “Programa de Volta Para Casa” (PVC) que oferece auxílio à reabilitação psicossocial e é destinado às pessoas acometidas por transtornos mentais, com histórico de internação de longa permanência, a partir de dois anos ininterruptos, em hospitais psiquiátricos ou de custódia (HCTP). Também apontou que 1 ano para a “ressocialização”¹ é pouco, visto que, para acessar o CRAS, às vezes, a pessoa demora 6 meses.

Após o retorno do *coffee-break*, o sr. **Thiago Souza** (SME/COPED), professor da rede de educação do município, começou sua fala lembrando do caso da sra. Cláudia, arrastada por uma viatura da polícia por vários metros. Thiago informou que houve um veredito positivo para os acusados, absolvidos, e destacou a importância de se levantar assuntos como o de Cláudia, sobre violência policial. Em seguida, Thiago esclareceu ser um servidor do município dedicado à construção de políticas públicas para o município, e não para governo. O mesmo destacou a educação enquanto direito constitucional, norteando sua apresentação com esse foco.

Thiago apresentou os conceitos que embasam a Educação de Jovens e Adultos: educação integral, equidade e educação inclusiva. Em seguida, foi apresentado o perfil dos estudantes/educandos da EJA: adultos trabalhadores, adolescentes e jovens, pessoas idosas, pessoas LGBTQIA+, maioria de pessoas pretas e pardas, povos migrantes, egressas do sistema prisional e menores em liberdade assistida, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade. Thiago lembrou que, no momento da inscrição, não é perguntado se a pessoa passou pelo sistema prisional, em consequência, não existe esse número como dado.

Thiago então apresentou os formatos do EJA: CIEJA (Centros Integrados de Educação de Jovens e Adolescentes - 16 unidades), EJA Regular (117 unidades), EJA Modular (15 unidades), CMCT (Centro Municipal de Capacitação e Treinamento - 2 unidades), MOVA-SP (Movimento de Alfabetização - 84 entidades parceiras). Os dados mostram ainda: 26.846 estudantes da EJA e 9.562 educandos no MOVA-SP (dados gerenciais de 2023).

O adendo feito indicou que o MOVA-SP não certifica estudante e que o município não atende àqueles que precisam do EJA nível Ensino Médio, apenas Fundamental.

O representante também defendeu a importância da pressão da população para que as salas se mantenham abertas, e que os dados são importantes para dar

¹ Art. 26. Considera-se egresso para os efeitos desta Lei: I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento;

respaldo. Além disso, Thiago indicou que a taxa de analfabetismo é de 3%, o que representa cerca de 400 mil pessoas que não sabem ler ou escrever. Ele também apresentou, por cima, o POT parceria entre SME e SMDet para promover educação e alfabetização vinculados à uma bolsa, a fim de garantir uma renda básica para estimular o ensino para pessoas que estão em situação de vulnerabilidade - sobretudo a população em situação de rua. Thiago ressaltou a importância de alguns benefícios como, por exemplo, o Passe Livre para estudante – seja ele criança, adolescente ou adulto.

Finalizou com uma fala do Paulo Freire: “As pessoas têm conhecimento então a escola tem que valorizar esse conhecimento, seja na condição de favelado, seja na condição de deficiente, seja condição de passar pelo sistema prisional, você carrega experiências e essas experiências devem ser consideradas no processo de aprendizagem”.

Em seguida, o sr. **Rogério Gonçalves** (SME/COPED) se apresentou como supervisor da rede escolar de educação, e que há outras possibilidades na rede de educação que os CEUs, uma divisão que trabalha com três eixos principais: 1- gestão democrática e de participação; 2- educação, educação dos direitos humanos e mediação de conflitos; 3- saúde cuidado e proteção social.

Quando se referia à gestão democrática, enfatizou a importância dos grêmios estudantis como espaços cruciais para expressão, escuta e diálogo. Outro ponto fundamental foram as comissões de mediação de conflitos, que garantiam a participação de gestores, familiares, estudantes e coordenadores. O terceiro pilar incluía o Programa Saúde na Escola, uma iniciativa federal à qual os municípios podiam aderir, sendo São Paulo participante desde 2003.

Os CEUs, com cerca de vinte anos de existência, foram concebidos como uma política pública recente e são estrategicamente localizados em áreas de baixa renda da cidade de São Paulo para proporcionar acesso a diversas modalidades educacionais e culturais. Foi destacado que, mesmo estando localizados nas periferias, algumas pessoas questionaram os custos para participar das atividades e acessar os serviços oferecidos, revelando uma falta de senso de pertencimento a esses espaços públicos. Foi ressaltado que era essencial apropriar-se do que era público e garantir a qualidade dos serviços.

A Sra. Jennifer mencionou o Projeto Guri em dois CEUs, observando que a maioria das crianças atendidas era proveniente de Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAs), mas elogiou a acessibilidade do projeto. Rogério explicou que o Projeto Guri era uma iniciativa do governo estadual, utilizando espaços cedidos pela prefeitura, e destacou a importância dos conselhos existentes nos CEUs, enfatizando que deviam ser genuinamente participativos e representativos de todos os moradores do território, sendo a instância máxima de decisão dentro desses espaços.

Além disso, foram destacadas as possibilidades de articulação entre os CEUs e todas as unidades educacionais, com a crença de que escolas e espaços públicos devem ser participativos. Por fim, foram apresentados alguns materiais importantes sobre direitos humanos nas unidades educacionais.

O Sr. Rogério mencionou que se o gestor do CEU quisesse aprovar algo que não fosse aceito pelo conselho, ele não conseguiria fazê-lo. Então, por exemplo, se fosse

decidido que não se discutiria a questão dos egressos e da democracia de direitos humanos, isso seria levado como pauta para a gestão, o que revela que a articulação é fundamental no CEU. Ele também apresentou um material intitulado "Cidadania e Democracia dentro da Escola" e afirmou que ambos os representantes acreditavam que a escola deveria ser um espaço de diálogo e fortalecimento da criança. Esse material aborda atrocidades em massa para refletir sobre as violências vividas atualmente, e eles acreditam que só é possível mudar isso por meio do diálogo dentro das unidades educacionais. Essa é uma parceria com o Instituto Vladimir Herzog, que rendeu materiais para discutir questões de direitos humanos, como respeito na escola, educação em direitos humanos para todas as idades, respeito e humilhação, diversidade e discriminação, democracia na escola, sujeitos de direitos e mediação de conflitos (material disponível no site do "Respeitar é Preciso").

O Sr. Maurício fez uma pergunta sobre a não divulgação dos equipamentos para a população do território e denunciou a política de sucateamento do CEU, apontando problemas como falta de luz e problemas no espaço em geral. O representante da SME respondeu que os CEUs foram criados estrategicamente em locais vulneráveis, sendo o primeiro em Guaianazes, que até hoje é um equipamento muito concorrido. Ele admitiu que hoje há uma outra lógica para os CEUs, exemplificando a entrega de 12 unidades gerenciadas pelo Instituto Baccarelli, com outras localizações, como ao lado do metrô Carrão. Também citou outros CEUs que realmente estão na periferia da cidade. Sobre o sucateamento, Rogério informou que na última gestão as escolas receberam o PTRF (repasso financeiro), e que os CEUs recebem uma verba. Foi repassado muito dinheiro para os CEUs, mas eles estão em reformas, e estão sendo monitorados para garantir o bom uso desse dinheiro e manter a qualidade do espaço. No entanto, é importante que a associação de pais e mestres acompanhe e que a participação da comunidade seja fundamental para garantir a transparência dos recursos.

A Sra. Paula perguntou como são feitas as contratações dos profissionais que trabalham nos CEUs, sugerindo que pessoas egressas poderiam desempenhar oficinas nesses lugares. Rogério respondeu que os funcionários são concursados, mas trabalham muito com voluntários, sendo esporádicas as contratações regulares sem concurso e sendo vigentes os contratos de equipes terceirizadas como seguranças e funcionários responsáveis pela limpeza.

O representante também citou que dentro dos CEUs há divisões de esporte, corpo e movimento, cultura e a UNICEU, que são universidades dentro dos CEUs, proporcionando educação de ponta na periferia. Em relação à cultura, existem editais que envolvem grupos com firma aberta e CNPJ para as contratações. Ele mencionou que há artistas potentes, mas sem CNPJ, o que impede que recebam o cachê previsto. Está sendo estudada a possibilidade de contratação direta com os artistas para facilitar e beneficiar os grupos iniciantes.

Foi perguntado sobre o Projovem. O Sr. Thiago respondeu que o PROJOVEM era uma política pública de inserção da população adolescente/jovem, que já não existe mais.

O Sr. Maurício perguntou sobre a verba não utilizada no CEU - se o que não é utilizado fica na conta do CEU. O Sr. Rogério respondeu que existe uma supervisão para garantir o bom uso, e se o dinheiro não for gasto, ele permanece na conta, podendo ser utilizado pelo próximo gestor. Ele enfatizou que o dinheiro não é perdido.

A Sra. Tempestade trouxe uma questão sobre remissão de pena nos estudos. Ela mencionou a necessidade de alguém do MEC dentro do sistema para avaliar os alunos e alunas e agilizar as liberações por educação que estão paradas, mesmo com diplomas concluídos. Propôs um levantamento do fluxo da educação para remissão de pena, observando a falta dessa pessoa referência do MEC.

A Sra. Paula sugeriu entrar em contato com o pessoal do estado para entender como resolver essa questão e perguntar à SAP sobre a remissão. O Sr. Bruno destacou que quem está dentro do sistema deve levar o histórico escolar e se matricular dentro dessa condição de egresso. A Sra. Paula reforçou que convidou a SAP, mas eles não compareceram, e que manterá contato para esclarecimentos adicionais.

Retomando aos CEUs, Giovanna sugeriu construir um projeto de formações sobre sistema penal em unidades que são dos territórios.

Ficou pactuado de que na próxima reunião, será rediscutido a reta final do GT. Em seguida, foi votado o tema da próxima reunião, se dando da seguinte maneira: Habitação (9 votos), Direitos Humanos (7 votos), Mobilidade e Transporte (0 votos). Assim, a próxima reunião será sobre habitação. Em relação a reunião de Maio, 11 pessoas votaram para que fosse sobre políticas estaduais e 1 pessoa votou para que fosse sobre interfaces com o sistema de justiça.

ANEXO 1
Lista de siglas

CNR - Consultório na Rua;
CT - Coordenadoria do Trabalho;
CAB - Coordenadoria Atenção Básica;
SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;
SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;
CATE – Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo;
SMS - Secretaria Municipal da Saúde;
SGM - Secretaria de Governo Municipal da Prefeitura da Cidade de São Paulo;
SEPE - Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos;
CPIR - Coordenação de Promoção da Igualdade Racial;
ODH - Ouvidoria de Direitos Humanos;
CROPH - Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana
ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania;
NPJ - Núcleo de Proteção Jurídica;
EMC - Espaço Memória Carandiru
SEABEVS - Secretaria Executiva de Atenção Básica, Especialidades e Vigilância em Saúde
IDDD - Instituto de Defesa do Direito de Defesa